

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.625 - RS (2019/0334465-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : MAURÍCIO DAL AGNOL
ADVOGADOS : ALESSANDRO NECKEL DE OLIVEIRA - RS089310
LUCIANO MARTINS - RS079401
RECORRIDO : IVO ALBERTO STEIN
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ DE FELIPPO JÚNIOR - RS078794

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF contra acórdão do TJRS assim ementado (e-STJ fls. 1.398/1.399):

APELAÇÃO CÍVEL. MANDATOS. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. PRESCRIÇÃO.

Em se tratando de ação indenizatória ajuizada pelo mandante em face do mandatário, em decorrência dos danos originados pelo mau cumprimento do contrato de mandato, incide o prazo prescricional decenal previsto no artigo 205 do Código Civil e não o trienal (artigo 206, §39-, IV, do CCB). Revisão de posicionamento em atenção aos recentes julgados proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça. O marco inicial do prazo prescricional deve ser contabilizado da inequívoca ciência da parte acerca dos fatos.

Não há como aferir no caso em tela que a parte autora teve conhecimento da renúncia indevida pelo procurador quando do saque do alvará, da realização do acordo ou quando este lhe prestou contas, pois ao tempo do recebimento dos valores, amparado no princípio da confiança estabelecido entre cliente e procurador, não tinha o autor ciência da renúncia dos valores constantes no acordo firmado entre o procurador e a companhia de telefonia. Assim, o prazo deve ser contabilizado da notoriedade dos fatos envolvendo o advogado que lesou o patrimônio de diversos dos seus clientes.

ACORDO CELEBRADO PELO PROCURADOR. RENÚNCIA DE DIREITOS. AUSÊNCIA DE ANUÊNCIA DO MANDANTE. DANOS MATERIAIS. CONFIGURADOS.

Considerando que o autor possuía, ao tempo em que celebrado o acordo pelo procurador, crédito já consolidado, ainda que tivesse o mandatário poderes para transigir, no caso, verificou-se verdadeira renúncia de direitos, razão pela qual inevitável reconhecer que o procurador extrapolou os limites do mandato ao perfectibilizar acordo que em nada beneficiou o mandante. Evidente, pois, que ocorreu a perda de uma chance, devidamente comprovada pelo autor, a justificar o acolhimento do pedido indenizatório relativamente ao valor da condenação excluído do acordo homologado em juízo.

TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA APLICAÇÃO DO ART. 670 DO CÓDIGO CIVIL.

Os juros de mora incidentes sobre o dano material são contabilizados desde a renúncia indevida dos valores decorrente de abuso na execução do mandato. Inteligência do art. 670 do Código Civil. Manutenção do entendimento da sentença, que determinou a incidência de juros de mora a contar da data do protocolo do acordo em questão, restando desacolhido o pedido do apelante, que pretendia a modificação do termo inicial dos juros de mora para a data da citação.

ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PEDIDO DO RÉU DE REDIMENSIONAMENTO. INDEFERIMENTO. ÔNUS SUCUMBENCIAIS FIXADOS PROPORCIONALMENTE À SUCUMBÊNCIA DE CADA PARTE E DE ACORDO COM O PREVISTO NO ART. 85, § 2º, DO CPC.

APELO DESPROVIDO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 1.433/1.438).

Superior Tribunal de Justiça

O recorrente, em suas razões (e-STJ fls. 1.442/1.457), aponta ofensa aos arts. 189, 206, § 3º, V, e 405 do CC/2002. Sustenta, em síntese: (a) aplicação do prazo trienal a ser considerado a partir da homologação do acordo judicial e (b) incidência dos juros de mora relativos ao dano material a partir da citação.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 1.461).

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ fls. 1.463/1.475).

É o relatório.

Decido.

Quanto ao termo inicial e ao prazo de prescrição aplicável ao caso, verifica-se que o Tribunal de origem decidiu em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que o prazo prescricional para as ações de reparação de danos ajuizadas por ex-clientes do escritório de advocacia do recorrente, Maurício Dal Agnol, deve ser contado a partir da data da deflagração da Operação Carmelina, em fevereiro de 2014, quando se deu publicidade aos atos ilícitos imputados ao réu.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ADVOGADO. DESCUMPRIMENTO DO MANDATO. PRESCRIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. CELEBRAÇÃO DE ACORDO PREJUDICIAL. RENÚNCIA DE CRÉDITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. RELAÇÃO CONTRATUAL. ABUSO DE PODER. CONFIGURAÇÃO. HONORÁRIOS. ABATIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. TERMO FINAL. QUITAÇÃO. BLOQUEIO DOS BENS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. DANO MORAL. REDUÇÃO. INVIABILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Controvérsia relacionada com uma série de demandas indenizatórias cíveis ajuizadas por antigos clientes do escritório de advocacia do recorrente, Maurício Dal Agnol.

3. No caso concreto, ficou consignado que o advogado celebrou acordo prejudicial ao cliente, por meio do qual renunciou a crédito consolidado em sentença com remota possibilidade de reversão, em virtude de ajuste espúrio realizado com a parte contrária.

(...)

5. Diante da impossibilidade de precisar o momento da ciência da lesão, deve ser mantida a data de deflagração da Operação Carmelina como o termo inicial do prazo prescricional para as ações indenizatórias propostas pelos clientes lesados, quando foi dada ampla publicidade aos ilícitos imputados ao réu. Aplicação da teoria da actio nata. Precedentes.

6. Nas ações de indenização do mandante contra o mandatário incide o prazo prescricional de 10 (dez) anos, previsto no art. 205 do Código Civil, por se tratar de responsabilidade proveniente de relação contratual. Precedentes.

(...)

14. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido."

(REsp n. 1.750.570/RS, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 14/9/2018.)

Conforme visto, quanto à prescrição em ações movidas pelo mandante contra o antigo mandatário, o entendimento desta Corte Superior é de que se aplica o prazo prescricional

decenal. Confira-se:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. AÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS. ADVOGADO APROPRIAÇÃO INDEVIDA. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO. DEZ ANOS. CIÊNCIA DA LESÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.

2. "Nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do CC/02, com prazo de três anos" (ERESP 1.280.825/RJ, DJ 2.8.2018).

3. Os juros moratórios devidos pelo mandatário que se apropria indevidamente de valores pertencentes incidem desde a data do desvio do numerário.

4. O valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.

5. Não cabe, em recurso especial, examinar matéria fático-probatória (Súmula 7/STJ).

6. A ausência de impugnação a fundamento central do acórdão recorrido enseja a aplicação dos enunciados das Súmulas 283 e 284 do STF.

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no AREsp n. 942.502/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 24/10/2018.)

Incide, portanto, a Súmula n. 83 do STJ.

Sobre os juros de mora concernentes ao dano material, esta Corte decidiu que são contados desde o momento do desvio de montante relativo ao cliente (AgInt no AgInt no AREsp n. 942.502/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 24/10/2018). Ainda nesse mesmo sentido: REsp n. 687.101/SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 6/4/2006, DJe 2/5/2006, e REsp n. 249.382/RS, Relator Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 18/5/2000, DJ 26/6/2000.

Nesse sentido:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. ADVOGADO. APROPRIAÇÃO INDEVIDA. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. O termo inicial da prescrição das ações de reparação de danos é contado a partir do momento em que o titular do direito subjetivo violado obtém plena ciência da lesão e de toda sua extensão, no caso, a deflagração da operação da Polícia Federal. Jurisprudência.

3. Os juros moratórios devidos pelo mandatário que se apropria indevidamente de valores incidem desde a data do desvio do numerário.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp n. 1.072.450/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 26/2/2019, DJe 1º/3/2019.)

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator